

## SENADO FEDERAL

## Desoneração da folha exige medidas perenes

Propostas para compensar perda de receita devem ser definidas até o fim do mês

» VINICIUS DORIA

O governo espera concluir, nas próximas duas semanas, a negociação com o Senado e representantes do setor produtivo para definir de onde virão os recursos para compensar a desoneração da folha de pagamento dos 17 setores que mais empregam mão de obra e de municípios com até 156 mil habitantes. O prazo foi acordado, ontem, em uma reunião na residência oficial da Presidência do Senado, entre o presidente da Casa, Rodrigo Pacheco, lideranças partidárias e representantes da equipe econômica do governo.

“Nosso esforço vai ser buscar, em até duas semanas, concluir essa proposta para que ela possa ser incluída no relatório do senador Jaques Wagner (relator do projeto de lei da desoneração)”, disse Padilha, após o encontro de trabalho. Em junho, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva editou uma medida provisória acabando com as desonerações, mas o texto foi devolvido por Pacheco à Casa Civil. De acordo com o presidente do Senado, alterações de regra tributária devem ter um período de 90 dias para adaptação dos setores afetados e, como a medida editada pelo governo teve efeitos imediatos ao ser publicada no *Diário Oficial da União*, no último dia 4, ela foi considerada inconstitucional.

Na reunião de ontem, foram avaliadas algumas das propostas em discussão no Senado, como o refinanciamento de multas aplicadas pelas agências reguladoras de serviços públicos, repatriação de recursos mantidos no exterior e uso de depósitos judiciais esquecidos. Padilha disse que essas sugestões “não são perenes”, mas podem compor uma “cesta” de medidas para compensar a desoneração.

A ideia de atrair concessionárias para repactuar o pagamento de multas foi discutida na terça-feira por Pacheco, que recebeu na residência oficial o advogado-geral da União, Jorge Messias, e presidentes das agências nacional de Transportes

Gil Ferreira/Ascom-SRI



Alexandre Padilha e Jorge Messias estão à frente das negociações para compensar perdas da desoneração

Terrestres (ANTT), de Saúde Suplementar (ANS) e de Telecomunicações (Anatel), e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Técnicos do Ministério da Fazenda vêm mantendo encontros constantes com a assessoria do Senado para buscar saídas à perda de arrecadação que a desoneração da folha provoca nas receitas da União. Segundo informou o secretário executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, algumas propostas foram descartadas porque precisariam cumprir o princípio da anualidade (só valeriam para o próximo ano fiscal), sem gerar aumento de arrecadação neste ano.

“Algumas (das medidas) fazem sentido, serviriam de compensação, mas valores teriam que ser checados. Outras, a gente já descartou, não poderiam servir como compensação”, comentou Durigan, que representou o

ministro Fernando Haddad na reunião com Pacheco e líderes. Haddad estava no Rio de Janeiro, para acompanhar a solenidade de posse da presidente da Petrobras, Magda Chambriard.

“A gente está tratando de todas as medidas. Algumas não teriam impacto para 2024, por princípio de anualidade, anterioridade, então, não geraria impacto agora, e temos que compensar 2024. É disso que estamos tratando, de impacto para este ano. Outras medidas podem contribuir dentro desse esforço”, disse ele, evitando citar medidas específicas que estão na mesa de negociação com o Senado. O secretário executivo reforçou que cabe aos técnicos do ministério fazer contas para estimar os impactos de cada alternativa apresentada. O governo espera aprovar as medidas compensatórias no Congresso até o fim do ano, antes do recesso parlamentar.



**Algumas (medidas) não teriam impacto para 2024, por princípio de anualidade, não gerariam impacto agora, e temos que compensar 2024. É disso que estamos tratando, do impacto para este ano”**

**Dario Durigan,**  
secretário executivo do  
Ministério da Fazenda

## Marco do hidrogênio verde é aprovado

» ALINE BRITO

O Senado aprovou, ontem, o texto-base do projeto de lei que institui o marco legal do hidrogênio verde e estabelece a cadeia industrial desse combustível no Brasil, com incentivos fiscais e financeiros de R\$ 18,3 bilhões para o setor. O relatório do senador Otto Alencar (PSD-BA) foi aprovado por votação simbólica.

Por falta de consenso entre os senadores em relação a algumas emendas ao texto, a votação dos destaques foi adiada para a semana que vem. Após a deliberação sobre trechos específicos do projeto, o texto voltará à análise da Câmara dos Deputados para deliberação definitiva.

O projeto cria a Política Nacional do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono, que compreende o Programa Nacional do Hidrogênio, o Programa de Desenvolvimento do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono (PHBC), o Regime Especial de Incentivos para a Produção de Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono (Rehido) e institui incentivos para a indústria.

De acordo com o texto aprovado, fica suspensa por cinco anos, no âmbito do Rehido, a incidência de PIS/Pasep e da Cofins sobre a compra de matérias-primas, produtos intermediários, embalagens, estoques e

Pedro França/Agência Senado



Senado aprova o marco do hidrogênio verde: faltam votar os destaques

materiais de construção por produtores de hidrogênio de baixa emissão de carbono.

Além das empresas produtoras do combustível verde, poderão participar do Rehido e ter a suspensão de Pis/Cofins quem atua no transporte, na distribuição, no acondicionamento, no armazenamento ou na comercialização do produto. Também serão beneficiadas as empresas que produzirem biogás e

energia elétrica a partir de fontes renováveis destinados à produção de hidrogênio.

Para aderir ao programa, entretanto, o Executivo deverá estabelecer um regulamento com requisitos para a entrada no Rehido, como investimento mínimo em pesquisa, desenvolvimento e inovação, e percentual mínimo de bens e serviços de origem nacional no processo produtivo, exceto em casos de inexistência de

equivalente nacional ou a quantidade produzida for insuficiente para atender à demanda interna.

## Certificação

O projeto cria também o Sistema Brasileiro de Certificação, integrado por autoridade competente que ateste as características do processo produtivo, dos insumos empregados, da localização da produção, das informações sobre o ciclo de vida do hidrogênio e da quantidade de dióxido de carbono emitida.

Pelo projeto, as diretrizes para execução das políticas de incentivo serão definidas pelo Comitê Gestor do Programa Nacional do Hidrogênio (Coges-PNH2). Ele será integrado por até 15 representantes de órgãos do Poder Executivo federal, um representante dos estados e do Distrito Federal; um representante da comunidade científica; e três representantes do setor produtivo.

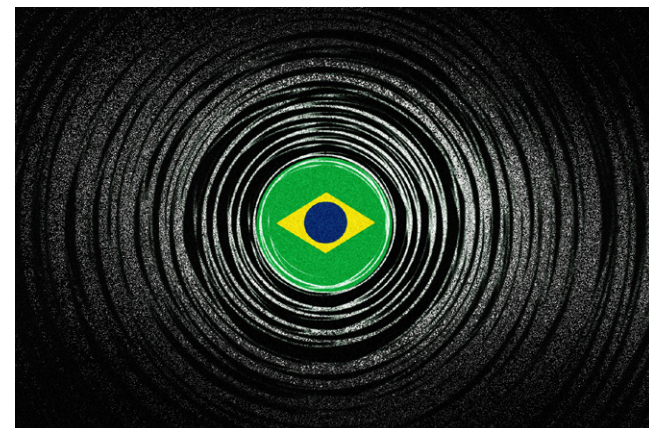
Caberá à Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) autorizar a produção, a importação, o transporte, a exportação e a armazenagem de hidrogênio verde. A produção, o entanto, só será autorizada a empresas brasileiras sediadas no país. (Com Agência Senado)

## NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



## “Brasileiro, profissão esperança” continua em cartaz

O musical *Brasileiro, profissão: esperança* foi uma lufada de ar fresco no ambiente carregado dos anos de chumbo do regime militar. Desde então, o espetáculo criado por Paulo Pontes, talentoso e jovem dramaturgo, foi encenado várias vezes, em versões com Maria Bethânia e Ítalo Rossi (1971), Clara Nunes e Paulo Gracindo (1973) e Bibi Ferreira, viúva de Paulo Pontes, e Gracindo Jr. (1998). A mais recente foi a de Claudia Netto e Claudio Botelho, no Teatro Clara Nunes, em 2021, que comemorou os 50 anos do espetáculo.

O texto de Paulo Pontes e as canções de Dolores Duran e Antônio Maria resgataram um Brasil que parecia definitivamente perdido nos anos 1970, incerto e inseguro, mas cheio de esperança ao mesmo tempo. O espetáculo revelou um aspecto, digamos, antropológico da vida do brasileiro, cuja recidiva ocorre com frequência: acreditar que a vida pode melhorar, em qualquer contexto.

Inspirado nas crônicas de Antônio Maria e canções de Dolores Duran, sua parceira, Paulo Pontes nos legou uma obra prima da dramaturgia brasileira. Seus protagonistas morreram muito jovens: Dolores; aos 29 anos, em 1959; Maria, aos 43, em 1964; Paulo Pontes, aos 36, em 1976. Entretanto, o espetáculo marcou as gerações seguintes, como a de Chico Buarque, que, ontem, completou 80 anos, parceiro de Pontes em *Gota d'água* (1975), com música de Dori Caymmi, e autor da *Ópera do Malandro* (1978), dedicada ao amigo dramaturgo.

Quem quiser garimpar, pode encontrar a gravação ao vivo da versão interpretada por Clara Nunes e Paulo Gracindo, em LP (1974) ou CD (1997), com o repertório completo: *Ternura antiga* (Dolores Duran e Ribamar), *Ninguém me ama* (Antônio Maria), *Valsa de uma cidade* (Antônio Maria e Ismael Netto), *Menino grande* (Antônio Maria), *Estrada do sol* (Tom Jobim e Dolores Duran), *A noite do meu bem* (Dolores Duran), *Manhã de carnaval* (Luiz Bonfá e Antônio Maria), *Frevo nº 2 do Recife, saudade* (Antônio Maria), *Castigo* (Dolores Duran), *Fim de caso* (Dolores Duran), *Por causa de você* (Tom Jobim e Dolores Duran), *Pela rua* (Dolores Duran e Ribamar), *Canção da volta* (Antônio Maria e Ismael Netto), *Suas mãos* (Pernambuco Ayres da Costa Pessoa e Antônio Maria), *Solidão* (Dolores Duran), *Se eu morresse amanhã* (Antônio Maria) e *Noite de paz* (Dolores Duran).

Era biscoito fino num momento político muito tenebroso da vida nacional, o governo do general Garrastazu Médici, cuja violenta repressão à oposição foi obscurecida pela conquista da Copa do México, em 1970, e pelo chamado “milagre econômico”, que levou a classe média à sensação de que estava no paraíso — até a conta chegar. No imaginário reacionário de ex-presidente Jair Bolsonaro, esse teria sido o melhor momento da história do Brasil.

A melancolia de Dolores Duran, porém, em *Noite de paz*, antecipou aquele momento dramático, quando pede ao Senhor uma noite comum em que possa descansar, sem esperança e sem sonho nenhum: “Por uma só noite assim posso trocar/ O que eu tiver de mais puro e mais sincero/ Uma só noite de paz pra não lembrar/ Que eu não devia esperar e ainda espero.”

## De onde vem

Era uma situação muito, mas muito pior, do que a que vivemos no governo Bolsonaro, marcado pela pandemia. Mais ainda diante das ameaças de retrocesso em relação aos direitos sociais e políticas públicas, protagonizadas por um Congresso conservador que parece ter perdido a noção de que representa toda a sociedade, inclusive, as minorias, e não um ideário “liberal”, no qual a maioria se impõe pela força.

A posição ambígua do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em relação ao equilíbrio fiscal ajuda a tecer o arco de oposição ao governo, que inclui parcela expressiva da classe média e a maioria do empresariado. Essa realidade aparece na pesquisa Datafolha divulgada nesta terça-feira, pelo jornal *Folha de S.Paulo*, embora a aprovação de Lula siga estável quando comparada à rodada anterior, feita em março, oscilando de 35% para 36%; enquanto a reprovação caiu de 33% para 31%; e avaliação de regular foi de 30% para 31%. A avaliação é mais negativa entre os que recebem mais de dois salários mínimos, entre os evangélicos e nas regiões Sudeste, Centro-Oeste e Norte do país.

E a tal esperança do brasileiro? Na pesquisa, 40% dos entrevistados acreditam que a situação econômica do país vai melhorar, ante 28% que preveem piora — estão tecnicamente empatados com aqueles que dizem que a situação ficará como está. Os que não sabem são 5%. Vêm das mulheres, com saldo positivo de 10 pontos, enquanto entre os homens, é de 1 ponto. Dos mais pobres, que ganham até dois salários mínimos: 18 pontos de diferença para ruim e péssimo (entre os ricos, é menos 18 pontos).

Entre as donas de casa, essa diferença positiva é de 19 pontos, o dobro da média das mulheres; entre os aposentados, 23 pontos. Lula tem 48% de ótimo e bom no Nordeste e virou a avaliação no Sul do país, onde, agora, tem 36% de aprovação, contra 33% de ruim e péssimo e 30% de regular, em razão da forte atuação em socorro aos gaúchos. Os mais jovens (47%), os menos escolarizados (50%) e os católicos (45%) são os mais otimistas.